



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

12/07/2023



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Acordo sobre saneamento desagrada a municípios, que estudam ir ao STF

O acordo do governo federal com o Senado para impedir a derrubada de parte dos dois decretos que mudam regras do Marco do Saneamento desagradou às empresas municipais do setor, que avaliam ir ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra as alterações.

O ponto que desagradou prevê que municípios que prestam diretamente o serviço de saneamento —sem um aval estadual— precisarão ter a atividade prevista em uma lei da respectiva unidade federativa para continuar com a atividade.

"É um absurdo, não vamos aceitar. Todas as medidas estão em cima da mesa. Uma ADI [Ação Direta de Inconstitucionalidade] no STF, o que for possível", afirmou o secretário-executivo da Assemæe (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento).

Hoje, há cerca de 1.700 municípios que operam diretamente o saneamento. Isso significa que alguma entidade ligada à prefeitura é quem presta o serviço. Com a mudança, todas elas precisarão de uma autorização do estado para continuar a atividade.

"Um município como Campinas, que é referência para saneamento no país e opera seu serviço há quase 50 anos com um dos melhores indicadores nacionais, de repente vai ter que submeter a continuidade da sua operação [a uma lei estadual]", avaliou Manuelito Magalhães, presidente da Sanasa —empresa que opera o saneamento na cidade.

"Isso traz insegurança jurídica do ponto de vista de recursos de financiamento já em curso. É um retrocesso patrocinado pelo governo federal", acrescentou.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 12 de julho.

Aluguel, prato feito, plano de saúde, escola: inflação ainda não acabou

Na média, os preços caíram 0,08% de maio para junho. A inflação anual, o IPCA acumulado nos últimos 12 meses, baixou para 3,16%. As notícias são boas, mas ainda há focos de incêndio nos preços; o IPCA anual assim baixo é um pouquinho ilusório.

Outras medidas de inflação importam porque o Banco Central vai prestar atenção nisso quando decidir o ritmo da queda da Selic, a taxa básica de juros, de curtíssimo prazo. Importam também porque a vida continua difícil, claro, considerados alguns aumentos de preços muito importantes.

De qualquer modo, não estamos em um processo de baixa de preços sintomático de um esfriamento dramático do consumo ou do ritmo geral da economia; nem o remédio dos juros foi inútil porque a doença começou a passar, como acredita o comando do PT.

Nos últimos 12 meses, o preço de planos de saúde aumentou em média 14,5%. Comer fora de casa ficou 7,2% mais caro. Escolas, cursos etc. tiveram aumento de 8,3%. Aluguéis, 6,6%. No conjunto, a inflação de serviços ainda está em 6,2% ao ano; a de serviços em que os preços reagem mais ao ritmo da atividade econômica, em 6,7%.

A baixa dos preços tem vindo de bens que costumam variar bastante ("voláteis") e não necessariamente por causa do ritmo da economia. Isto é, do custo dos alimentos que se preparam em casa, que podem custar mais ou menos também porque choveu muito ou pouco, por causa de safras grandes ou pequenas, aqui ou no restante do mundo. No caso relevante agora, a baixa tem vindo também de preços de combustíveis, que têm caído por causa do arrefecimento da crise global de energia e do impacto da guerra de Putin, do desaquecimento da economia mundial e da baixa do dólar, além de uma colaboração adicional da Petrobras.

A redução das taxas ditas "longas" ajudou, por exemplo, a reanimar o mercado de capitais, onde as empresas levantam dinheiro para capital de giro, investimento em infraestrutura ou refinanciamento de dívidas. Juros altos e o medo provocado pela fraude das Americanas haviam derrubado esse mercado neste ano. Em junho, houve recuperação considerável.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, Colunista: Vinicius Torres Freire, quarta-feira 12 de julho.

Mercado já trabalha com inflação dentro da meta em 2023

A deflação de 0,08% do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em junho faz com que o mercado já comece a prever a possibilidade de a inflação oficial voltar a encerrar o ano dentro da meta —o centro da meta para o ano é de 3,25%, com uma banda de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o indicador pode variar de 1,75% (piso da meta) a 4,75% (teto da meta).

No acumulado dos 12 meses encerrados em junho, a inflação está em 3,16%, com uma aceleração esperada para o segundo semestre.

Nos últimos dois anos, a inflação ficou acima da meta: em 2022, a alta de preços medida pelo IPCA fechou o ano com ganho acumulado de 5,79%, ante a meta de 3,5%; em 2021, foi de 10,06%, contra a meta de 3,75%.

Economista-chefe da MB Associados, Sérgio Vale ajustou de 4,9% para 4,7% a inflação medida pelo IPCA em 2023 após os dados divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) nesta terça. A estimativa corresponde a uma alta mensal em torno de 0,3% da inflação entre julho e dezembro.

"Temos uma chance bem elevada de a inflação encerrar o ano abaixo do teto da meta. Estamos caminhando para isso", diz Vale.

A safra agrícola recorde próxima de 300 milhões de toneladas no ano deve contribuir para diminuir a pressão dos preços dos alimentos, afirma o economista-chefe da MB Associados.

A inflação de alimentos, que roda atualmente ao redor de 4,6%, deve fechar o ano em torno de 2,2%, prevê Vale.

"A queda da inflação dos alimentos ficou muito tempo só no atacado, e agora que ela começa a chegar com mais intensidade no varejo", diz o especialista.

Ele acrescenta que, ao que tudo indica, os preços dos combustíveis também devem ficar relativamente comportados na segunda metade do ano, e que, com exceção do agronegócio, o restante da economia segue em um ritmo ainda fraco, fatores que devem contribuir para a inflação dentro da meta no ano.

Alex Agostini, economista-chefe da Austing Rating, ajustou de 4,77% para 4,70% a projeção para o IPCA de 2023, ante uma deflação um pouco mais intensa do que a prevista —a casa trabalhava com uma queda de 0,02% em junho.

"Nas condições que a gente tem de uma taxa de câmbio ficando bastante moderada ali ao redor de R\$ 4,80, os preços das commodities caindo, é possível que o Banco Central consiga cumprir a meta no teto ainda este ano", diz Agostini.

"Ainda visualizamos um cenário de inflação baixa no curto prazo, conforme a deflação no atacado e os cortes de preços de combustíveis reduzem os preços no varejo, o que deve continuar até o fim do ano, conforme os efeitos da política monetária restritiva desaceleraram a atividade econômica, levando a um cenário de moderação na inflação no segundo semestre", afirma Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos, que projeta a inflação encerrando o ano em 4,69%.

O economista-chefe da Nova Futura diz ainda que a alta da inflação no acumulado de 12 meses até dezembro se deve em grande medida ao efeito comparativo com o mesmo período do ano passado e menos com o comportamento atual da dinâmica inflacionária.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, quarta-feira 12 de julho.

INPC tem queda de 0,10% em junho, aponta IBGE

O IBGE divulgou nesta terça-feira (11) o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que teve queda de 0,10% em junho (primeira deflação desde setembro de 2022) e acumula 3% nos últimos doze meses.

O INPC abrange o custo de vida para famílias com rendimento de um a cinco salários mínimos.

Saiba mais em: CNTI, quarta-feira 12 de julho.